



VI CONGRESSO DO PSOL/RJ

Por um PSOL Democrático, Ecosocialista e Libertário

Coletivo Subverta e Independentes

1. Para a construção de um processo congressual que contribua na construção democrática de um perfil partidário militante e crítico é fundamental o debate prévio, com uma análise sempre crítica da situação atual e propostas práticas para a nossa organização coletiva avançar. É com esse objetivo que oferecemos para o VI Congresso Estadual do PSOL RJ este documento que sistematiza opiniões e propostas de centenas de filiados espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Uma crise civilizatória global	2
Uma profunda crise nacional	4
A importância da unidade contra os ataques à classe trabalhadora	7
O Rio de Janeiro mergulha na maior crise de sua história	8
Parcerias públicas Privadas: a farsa da burguesia para assaltar o Estado	10
Um ataque brutal aos servidores estaduais	10
Privatizações e espoliação do Estado	11
Transformar a Mobilidade Urbana é uma necessidade urgente	11
Crise na Educação Pública: o PMDB quer “emburrecer” o povo do Rio de Janeiro.....	12
Capital financeiro e saúde pública: o Rio de Janeiro em colapso e resistência	13
Por que o PSOL/RJ precisa levantar a bandeira da auditoria da dívida do Estado do Rio de Janeiro? ...	16
Crise e violência no Rio de Janeiro: é preciso superar essa barbárie	21
Romper a cortina de fumaça para legalizar as drogas	22
A luta antirracista em perspectiva estadual	24
A crise e seus impactos na população LGBT.....	26
Juventude no estado da barbárie.....	28
Necessidade da luta feminista: é pela vida das mulheres!	30
Pessoas com deficiência e a luta por direitos.....	31
E para nós trabalhadores e trabalhadoras quais são as alternativas possíveis?	32
A luta ecossocialista no Estado do Rio de Janeiro: em defesa dos territórios, povos tradicionais e bens comuns.....	34
Balanço e perspectivas do PSOL RJ.....	39
Assinaturas.....	45

Uma crise civilizatória global

2. Estamos em meio a uma crise global da sociedade capitalista que tem origem na própria incapacidade de o sistema produtivo retomar as suas taxas de crescimento e se combina com uma crise climática e ambiental cada vez mais profunda, que arrasta o conjunto da humanidade para uma crise civilizatória sem precedentes, na direção de uma barbárie social que poderá massacrar as massas populacionais.

3. A política dos capitalistas em meio à crise tem sido a de aprofundar os ataques sobre a classe trabalhadora em todo o mundo e a espoliação da natureza. Direitos populares historicamente consolidados têm sido alvo de uma voraz ofensiva dos governos burgueses, por meio de planos de austeridade que cobram das massas trabalhadoras que paguem toda a conta de uma crise causada pela dinâmica estrutural do próprio capital.

4. Um elemento central da situação mundial é o agravamento da crise ambiental. Seus aspectos mais graves são o superaquecimento da Terra e as mudanças climáticas. Projeções científicas já apontam que, se nada for feito, haverá um acréscimo de 4,5 a 6°C na temperatura média do planeta, com a previsão de efeitos catastróficos socioambientais e civilizacionais. Essa é a face mais visível de uma crise maior, relacionada à atual configuração do modo de produção capitalista, com sua lógica produtivista-consumista. Incapazes de tocar nos interesses das grandes corporações de energia, combustíveis etc., os países capitalistas costuraram o Acordo de Paris, absolutamente insuficiente para dar conta do problema, e que ainda assim não foi respeitado. Os EUA, inclusive, anunciaram a sua retirada. A crise socioambiental não pode ser superada nos marcos do capitalismo e afirmar isso é fundamental na defesa da necessidade do socialismo.

5. Esta crise social se configura também numa crise política profunda. Na maior parte do mundo, grandes transformações estão se gestando, com base, sobretudo, na falência das grandes coalizões sociais-democratas, na derrocada de blocos de conciliação de classe que, em um momento de crise, são rapidamente desmascarados em sua iniciativa de tentar disfarçar os conflitos de classes. Esse processo é extremamente contraditório e está em

aberto para a disputa da organização dos trabalhadores. Se por um lado a extrema-direita e os projetos mais abertamente repressores e totalitários ganham liberdade e se mobilizam em torno de seus projetos, por outro, o enfraquecimento dos projetos conciliatórios abre espaço para uma radicalização pela esquerda dos movimentos sociais e populares, acentuando a necessidade de uma alternativa à esquerda e comunitária à lógica do capital.

6. É nesse processo que em alguns países cresce muito a aceitação a ideias democratizantes e de esquerda. Novas alternativas como Podemos (Estado Espanhol), Siriza (Grécia), a campanha de Bernie Sanders (Estados Unidos), Corbyn (Grã-Bretanha) e Mélenchon (França) são exemplos de iniciativas com peso de massas que propõem alternativas mais à esquerda na sociedade. Mesmo abarcando muitas contradições e muitas das vezes sem expressar um projeto nítido de ruptura com a lógica do capital essas alternativas expressam justamente o crescimento na população trabalhadora de uma ideia de enfrentamento à lógica da austeridade dos capitalista. A base para essas novas esquerdas tem sido justamente no crescimento da radicalidade e massificação de movimentos populares como os Indignados da Espanha, as greves de trabalhadores contra austeridade na França, Grécia e Inglaterra, os Occupy e os novos movimentos de mulheres, LGBTs e negros e negras (black lives matter) nos Estados Unidos. Está em gestação um processo que pode apontar para construção de um novo bloco internacional dos subalternos com orientação à esquerda e nós entendemos que é fundamental disputar essa história.

7. Por outro lado, a crise do capital abre espaço para alternativas à extrema-direita, aproveitando-se da fraqueza e desmobilização dos movimentos populares, como também da deslegitimação de partidos de esquerda que submeterem à ordem. Crescem movimentos e projetos autoritários em vários países do mundo. Nos Estados Unidos, Trump chega ao governo trazendo consigo o que há de mais reacionário, homofóbico, machista, xenofóbico e racista na política estadunidense. Abrindo margem inclusive para o aberto fascismo, como foi possível observar nos ataques em Charlottesville. Na América Latina, a incapacidade dos governos progressistas e sociais-liberais de avançar em uma

agenda popular e anticapitalista, somada a uma crise que jogou para baixo o preços das commodities em geral, abriu espaço para coalizões burguesas pró-austeridade que têm tomado espaço seja pelo ganho de eleições (como na Argentina) ou por golpes parlamentares-institucionais (como no Brasil e Paraguai).

8. O caso mais emblemático com certeza ocorre no processo bolivariano da Venezuela que tem sido golpeado por todos os lados, com grande protagonismo da burguesia golpista e do imperialismo estadunidense, fenômeno que está diretamente relacionado com a mudança de orientação da política externa do eixo Brasília-Buenos Aires. A resposta de Maduro descamba muitas vezes por uma via dura. A solução para a Venezuela deve passar por uma agenda anticapitalista, que inverta a correlação de forças e coloque na ordem do dia a retomada da revolução popular na América Latina. Interpretar o que ocorre nesse país a partir da matriz midiática dominante ou do mero formalismo liberal não nos permite ver a multiplicidade de atores e a profundidade da crise. Acreditamos que pela complexidade dessa situação o |Psol deve fazer uma reunião que contemple amplos segmentos do partido antes de enviar alguma nota via direção nacional ou estadual.

Uma profunda crise nacional

9. Antes de tudo é necessário afirmar o que se torna a cada dia mais evidente: houve um golpe no Brasil! Não foi um golpe apenas contra o governo de Dilma Roussef, foi um golpe contra os interesses populares e contra o pouco que há de democrático em nossa “democracia”. A Constituição está sendo violada, várias concessões republicanas e “direitos sociais” que haviam sido conquistados em séculos de lutas dos trabalhadores estão sendo suprimidos. Tal movimento indica na perspectiva histórica o ascenso de um conteúdo de estado de exceção, com restrições de liberdades e retirada de direitos, visando consolidar uma forma mais “autocrática” de Estado, promovendo um governo “puro sangue” da burguesia.

10. A este ciclo histórico que tende a ser amplamente coercitivo, ancorado no domínio das **bancadas parlamentares** do boi, da bala e da bíblia, duas perguntas se fazem necessárias: a) É possível administrar a atual crise unicamente por intermédio de medidas coercitivas? b) Em que cenário político pode emergir uma nova estratégia de conciliação de classes? Por isso, há um aspecto importante que não podemos deixar de dar destaque, há no processo do golpe muitos aspectos de continuidade, a começar pelo fato de o golpista Michel Temer ter sido o vice escolhido pelo próprio **PT – Partido dos Trabalhadores** para Dilma Rouseff. A posição da **FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**, da **FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio De Janeiro** (mais importantes entidades da burguesia industrial do Brasil), do Globo e da Folha de São Paulo (mais importantes representações da mídia burguesa no Brasil) só se tornou pró-impeachment em agosto de 2015. Até ali a ideia era a de sangrar Dilma, que foi se mostrando disposta a fazer as reformas exigidas pelas classes dominantes (na Previdência Social, inclusive).

11. Do ponto de vista de classe não houve nenhum constrangimento na constituição de uma ampla aliança envolvendo, inclusive, setores da CUT – Central Única dos Trabalhadores (dirigida pelo PT) e frações da burguesia industrial, além de parte importante do que se convencionou chamar de agronegócio e dos bancos que, nas palavras do próprio Lula, nunca haviam lucrado tanto na história do país. É possível afirmar, sem medo de errar, que o núcleo dirigente do PT levou o partido a um processo sem volta de transformismo político, rompendo assim com sua história de vinculação orgânica com a classe trabalhadora e a perspectiva socialista.

12. Ao mesmo tempo, combinou-se um aprofundamento da matriz econômica primária exportadora sustentada, basicamente, em torno do complexo mineral, agropecuário e petrolífero com uma expansão econômica sustentada pela alta dos preços das commodities, muito relacionada aos altos índices de crescimento da China no período. Essa combinação criou as margens para algumas políticas fundamentais para a constituição desse pacto de colaboração de classes, que foram: o Bolsa Família (programa

de repasse de renda para famílias em situação de miséria), o aumento do valor real do salário-mínimo, o Minha Casa Minha Vida (programa de facilitação do acesso à habitação), a expansão do crédito para a classe trabalhadora, o programa Luz para Todos (que buscava levar energia elétrica para toda a população brasileira), dentre outros. É necessário afirmar que apesar de trazer ganhos imediatos que fizeram profunda diferença na vida de milhares de pessoas, todas essas medidas se deram na lógica da inclusão pelo consumo, o que permitiu estender o mercado e o alcance das relações capitalistas no Brasil.

13. É necessário historicamente o processo que culminou no golpe em curso, sob risco de ficarmos desarmados para enfrentá-lo. Desde que chegou ao governo central do Brasil o PT optou de forma pública por um projeto de colaboração de classes. A “Carta ao Povo Brasileiro”, escrita por Lula às vésperas da sua vitoriosa eleição de 2002, e que é na verdade a “carta aos banqueiros”, era, até aquele momento, o documento mais rebaixado do ponto de vista programático da história do PT.

14. A coalizão com o PL – Partido Liberal, depois com o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (de Michel Temer) e a generalização da troca de favores são a marcas do que se denominava “governabilidade” petista. A indicação de Henrique Meirelles, nome de confiança de Wall Street e do capital internacional, para a presidência do Banco Central e a realização da primeira reforma da Previdência evidenciaram essa perspectiva ainda durante o primeiro governo Lula.

15. Alguns elementos indicam também que não está nítido quem determina o nível de seletividade da Lava-jato. Se a operação fosse controlada pelos tucanos e pelo PMDB não seriam necessários movimentos tão desastrosos por parte desses, chegando a indicação do inepto Alexandre de Moraes (ligado ao PSDB) para o STF – Supremo Tribunal Federal (Maior cârte judiciária do país). É necessário aprofundar as investigações, pois, certamente, a teia de empresas que sequestraram todas as esferas do Estado brasileiro nas últimas décadas vai muito além das empreiteiras, como ficou provado com os depoimentos dos executivos da JBS-Friboi (maior empresa do ramo de carnes do mundo). Não podemos estar entre aqueles que viraram as costas para esse grande esquema de corrupção

tão marcante para o patrimonialismo brasileiro. A recuperação dos valores obtidos ilegalmente é fundamental e a estatização das empreiteiras envolvidas na Lava-jato é uma medida mínima diante dos prejuízos causados. O aparato físico e tecnológico, além do know-how dessas empresas podem ser colocadas a serviço da universalização do saneamento e da moradia para o conjunto da população brasileira.

A importância da unidade contra os ataques à classe trabalhadora

16. A intensidade, velocidade e profundidade dos ataques aos direitos sociais e políticos nos primeiros meses do governo golpista está estimulando um processo de mobilizações contra Temer e suas medidas. Os atos do Dia Internacional das Mulheres, do dia 15 de Março, e a greve geral de 28 de abril mostraram que está se constituindo uma Frente Única com capacidade de fazer o governo recuar. Mesmo as centrais sindicais outrora governistas estão sendo forçadas pelas suas bases a participar das ações contra as reformas trabalhistas e da previdência. Entendemos que somente a política de Frente Única pode interromper a ofensiva golpista e recolocar a possibilidade de movimentos de contra-ofensiva por parte da classe trabalhadora e do conjunto de lutadoras e lutadores.

17. Não podemos atuar desarmados ideológica e politicamente nessa Frente. Reconhecemos que o momento é predominantemente defensivo, mas é necessário articular permanentemente as ações defensivas com um horizonte emancipatório mais amplo. Precisamos ser consequentes com um projeto anticapitalista e ecossocialista. Atuar dessa forma é a única maneira de superar a direção pelega e burocratizada do petismo no movimento, fazendo a unidade para a luta, mas sem abrir mão da crítica às iniciativas dos governos petistas que também apontaram para a retirada de direitos como solução, a exemplo do que foram a Reforma da Previdência de 2003 e o processo de privatização implementado pelos governos petistas. Mais do que isso, colocando em primeiro lugar as bandeiras históricas da nossa classe como Reforma Agrária e Urbana,

Auditoria da Dívida Pública, Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários, etc.

18. Por isso, atuar na Frente Povo Sem Medo (uma frente nacional de movimentos populares), por seu potencial mobilizador junto dos setores populares, especialmente o MTST, buscando fazer com que essa ferramenta de mobilização se oriente na busca de um protagonismo popular nas lutas de forma o mais independente possível do campo pelego e burocratizado representado por setores-chave da Frente Brasil Popular. Vemos com otimismo a iniciativa da plataforma Vamos! desde que a esquerda anticapitalista participe desse processo formulando junto dos movimentos populares um projeto alternativo e de esquerda para o país, superando o fracasso do projeto desenvolvimentista e de conciliação de classes construído pelo PT. Ao mesmo tempo, estamos participando e construindo a Frente de Esquerda Socialista, mobilizando e discutindo uma tática comum dos setores anticapitalistas para enfrentar os ataques da conjuntura e construção de uma estratégia de superação da direção petista dos movimentos sociais.

O Rio de Janeiro mergulha na maior crise de sua história ...

19. O Estado do Rio de Janeiro é a localidade onde a crise econômica que assola todo o país expressa sua forma mais aguda. Acreditamos que a circunstância de calamidade social vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras que estão sem receber salários ou sobrevivem com pagamentos atrasados e parcelados é uma combinação de fatores do chamado “ajuste estrutural” e do pacote de austeridade em escalas internacional e nacional, articulada com ações políticas e econômicas na esfera estadual que acentuaram a crise como: isenções fiscais a grandes empresas, farra de gastos dos recursos públicos com os megaeventos, desvios de verbas a partir do conluio com grandes corporações e pilhagem dos fundos públicos. Ações que não se limitam somente às medidas técnico-administrativas que interferem de forma abrupta na gestão pública e sua relação com a sociedade, mas que estão impondo um novo padrão de comportamento do Estado diante

da atual luta de classes, numa correlação de forças que se apresenta desfavorável aos trabalhadores, como demonstramos na tese de conjuntura nacional.

20. O Rio de Janeiro se tornou a cidade modelo do grande capital a partir da onda de megaeventos, onda que deixou seu rastro de endividamento, gentrificação, privatização e precarização dos serviços públicos — medidas que afetam todo o conjunto de nossas vidas. Uma forte expressão dessa crise é o atual índice de desemprego, que no último período bateu recorde no Estado do Rio de Janeiro. Como aponta o detalhamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada em 18 de maio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “O número de pessoas desempregadas no Rio de Janeiro aumentou em 49,4% em um ano, fazendo com que a taxa de desocupação no estado batesse recorde histórico. (...) No primeiro trimestre de 2017, a população desempregada no estado chegou a 1,2 milhão, 401 mil a mais que no mesmo período do ano passado. O IBGE destacou que o contingente de trabalhadores com carteira assinada diminuiu em 223 mil”.

21. A crise é também um momento de maior chantagem do capital sobre o trabalho. O aumento do desemprego forma uma superpopulação relativa que literalmente tem que dispor ao capital mais força de trabalho do que aquela que ele de fato irá usar, criando um excedente de trabalhadores desempregados que tende a empurrar os níveis salariais para baixo. Nesse processo de recessão aumenta a intensificação e a exploração da força de trabalho, seja aumentando a jornada de trabalho ou intensificando o trabalho a partir de reduções de salário e cortes de direitos, que são maneiras de compensar a queda na taxa de lucro.

22. Nesse cenário operam-se desde as formas objetivas de exploração já citadas, até as mais subjetivas e eficientes de utilização funcional de discriminações, como as de gênero, de raça, de etnias, os relativos às regionalidades ou outras, que servem para pagar menos a um ser humano do que a outro. Nesse sentido, buscamos compreender as particularidades da crise referentes ao Estado do Rio de Janeiro, em sua forma e conteúdo e em sua manifestação na nossa realidade. Vamos enumerar alguns pontos.

Parcerias públicas Privadas: a farsa da burguesia para assaltar o Estado

23. Esse cenário nebuloso emerge quase onze meses depois do início dos Jogos olímpicos, que foi a cereja do bolo da era dos Cabrais (Sérgio Cabral, Eduardo Paes e Pezão). A gestão política liderada pelo PMDB e associada ao neodesenvolvimentismo[2] na esfera federal rebatia qualquer crítica em relação aos gastos com os Jogos e apresentava uma solução mágica para o estado, tudo se resolveria a partir da parceria público-privada. Cabe lembrar que as PPPs, apontadas como soluções para tudo são, na verdade, um mecanismo de privatização do aparelho do Estado e de transformação dos serviços públicos em fonte de enriquecimento de empresas, que transferem para o controle do capital privado nossos bens e direitos essenciais. Isso nos torna reféns da lógica do mercado e inviabiliza o controle democrático por parte da população.

Um ataque brutal aos servidores estaduais

24. Estamos diante de uma conjuntura de devastação de direitos no que tange a efetivação das contrarreformas e a aplicação desse pacote de maldades no Estado do Rio de Janeiro. Podemos identificar um ataque brutal aos servidores estaduais, a partir do aumento da contribuição previdenciária de 11 % para 14%, penalizando ainda mais os servidores, aposentados e pensionistas, que dessa forma perdem aproximadamente o 13º salário. A retirada desse direito histórico dos trabalhadores se dá sob o pretexto da crise do estado. A aprovação se deu dentro de mais um cenário truculento de repressão policial aos trabalhadores, em votação de porta fechadas, com a Alerj completamente sitiada.

Privatizações e espoliação do Estado

25. A privatização da CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro segue uma tendência universal do capital de entregar a exploração de bens naturais para a iniciativa privada. Lembramos que 20% da água doce do planeta está em território brasileiro; abrir mão da maior infraestrutura de produção de água potável do mundo para supostamente sanar uma dívida trará um prejuízo irreversível à população. A Cedae cobra tarifas progressivas considerando o bairro e o volume total consumido. A conta mínima domiciliar é de aproximadamente R\$3,00 e a máxima é de R\$28,36. Favelas e conjuntos habitacionais com moradores de baixa renda têm o benefício de uma tarifa social. Ou seja, a população de baixa renda pode não ter mais nenhum acesso a água potável. Nas cidades do estado onde o abastecimento já está nas mãos da iniciativa privada, os moradores pagam até 70% a mais do que os clientes dos 64 municípios atendidos só pela estatal.

26. A lógica da privatização do serviço de abastecimento inverte a lógica da racionalização prevista na Lei das Águas. Nós socialistas consideramos que a água deve ser acessível a todos e que é um bem vital para a população, logo não pode ser gerida sob a lógica da mercantilização e do lucro, tratada como serviço. Por fim, reiteramos que ter uma empresa pública de abastecimento é sinônimo de acesso democrático a água.

Transformar a Mobilidade Urbana é uma necessidade urgente

27. A construção de um Estado do Rio pleno de direitos passa pelo debate de uma mudança radical na lógica de mobilidade urbana. A máfia das empresas de ônibus, escancaradas com a prisão da família Barata e da direção da Fetranspor, não pode continuar a ditar a política de transporte público no estado. Chega de passagens caras, congestionamentos diários e trânsito caótico. Essa lógica de cidades irracionais sacrifica o direito de ir vir de toda a população, em especial, dos mais pobres. Precisamos superar o

modelo rodoviário e de automóveis individuais. No Estado do Rio, essa superação passa pela recuperação da malha ferroviária, investimentos no metrô e valorização do transporte aquaviário. Esse último, inclusive, está passando por um processo de licitação nesse momento. É necessário que o PSOL se mobilize e pressione por um sistema popular de barcas, com tarifas mais baixas, mais dignidade para os usuários, melhor qualidade de serviço na Ilha Grande e na Ilha do Governador (disponibilização de mais horários para Cocotá), implementação da linha social em Charitas e a criação da tão necessária estação em São Gonçalo. Para viabilizar todas essas mudanças, defendemos o controle social das barcas com gestão pública. O PSOL-RJ precisa se inserir nessa disputa de rumos da mobilidade urbana no estado!

Crise na Educação Pública: o PMDB quer “emburrecer” o povo do Rio de Janeiro

28. Debater a realidade da educação no Rio de Janeiro, no último período, é um exercício que está indissociável das análises sobre a crise financeira do Estado e as políticas públicas implementadas nesta conjuntura. Percebemos que a crise, produzida por uma política fiscal absolutamente irresponsável (considerando o interesse público, mas altamente vantajosa para inúmeros setores econômicos que mantêm relações pouco republicanas com os caciques do PMDB), articulada com o crescimento menor das receitas (recessão e queda no preço do petróleo no mercado internacional), com o grande endividamento contraído para cumprir compromissos assumidos junto à realização de grandes eventos (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos) e aditivada por inúmeros esquemas de corrupção configurou-se como uma oportunidade para o governo reduzir investimentos, reprimir demandas populares, retirar direitos e arrochar o servidor público.

29. Os ataques foram inúmeros e em todos os níveis e modalidades de ensino que tem presença do governo estadual. Listamos as mais emblemáticas: **a) Fechamento de escolas, turnos e turmas** — nos últimos seis anos, 231 escolas foram fechadas e/ou municipalizadas

pelo governo do Estado. No final de 2016 o governo provocou o fechamento de turnos (principalmente o noturno) e de turmas (principalmente do 6º ano) em centenas de escolas. Nova ofensiva neste sentido foi feita agora em junho de 2017; **b) Concursados não empossados** — são 923 professores aprovados nos últimos concursos que já foram convocados, apresentaram os exames admissionais e estão aguardando a posse; **c) Arrocho salarial** — são três anos sem reajuste salarial; **c) Regularização dos Animadores Culturais** — são cerca de 400 profissionais contratados para a implementação dos CIEP's que ainda não tiveram seu direito à matrícula pública reconhecido e portanto, com direito à estabilidade e plano de carreira; **d) Direito de Origem** — Com o fechamento de escolas, turnos e turmas um contingente significativo de professores ficaram “excedentes” em suas escolas, sendo remanejados arbitrariamente para outros municípios e/ou se vendo obrigados a assumir disciplinas estranhas à sua formação acadêmica e para qual prestaram concurso; **e) Universidades e Rede Faetec abandonados à própria sorte** — O Governo deixou de repassar volume de recursos necessários para custear serviços fundamentais nas Universidades (UERJ, UEZO e UENF) e na Rede Faetec (manutenção, limpeza, alimentação e segurança). Estas Instituições perderam as mínimas condições para o funcionamento! Em paralelo, os servidores docentes e técnico administrativos estão com salários atrasados e os estudantes bolsistas também recebem suas bolsas com atraso; **f) Financiamento à Pesquisa** — Atraso no pagamento de pesquisadores e suspensão de financiamento de projetos de pesquisa impõe um retrocesso de uma década no desenvolvimento científico do Estado; **g) Fundação CECIERJ** — Redução das ofertas em educação à distância e dos pré-vestibulares sociais, atraso no pagamento de salários e bolsas.

Capital financeiro e saúde pública: o Rio de Janeiro em colapso e resistência

30. Podemos identificar no Brasil, como efeito direto decorrente da crise contemporânea do capitalismo, a ofensiva do capital financeiro sobre o fundo público

destinado ao orçamento da seguridade social. Por meio da política macroeconômica adotada e de significativas conquistas legislativas do capital na última década, em especial com a prioridade de assegurar-se o chamado *superávit primário* e o estabelecimento da *Desvinculação de Receitas da União* (DRU), o orçamento público brasileiro destinado ao financiamento das políticas sociais como a saúde, a previdência e a assistência social passou a ter partes consideráveis deste montante destinados ao setor financeiro, à valorização dos capitais especulativos colocados como potenciais *investidores externos*, ao *financiamento público de entidades privadas sem fins lucrativos*, *organizações sociais*, entre outras, para que estas assumissem a responsabilidade pela gestão e execução das políticas sociais (Behring, 2009).

31. As políticas sociais universais como o Sistema Único de Saúde (SUS), sustentam-se desde então na precariedade desse subfinanciamento progressivo, ao passo de ter seus princípios constitutivos como a universalidade e integralidade diretamente afetados com a precarização de instituições públicas e a terceirização da gestão de serviços públicos. Um exemplo dramático dessa conjuntura de deterioração das conquistas constitucionais dos direitos sociais e acesso universal a estes é a adoção por parte do Estado e entes federativos às Organizações Sociais (OS), enquanto gestoras privadas da saúde pública no Brasil. Valendo-se do discurso e da posição de ideólogos orgânicos do capital, centenas de políticos integrantes de partidos porta-vozes da burguesia brasileira evocaram os princípios da tecnocracia e eficiência do mercado privado, aliados à uma hipotética redução dos gastos públicos, para defender e assegurar a gestão privada das unidades de saúde. *Se o soneto era ruim a emenda foi catastrófica.*

32. No entanto, ganharam notoriedade com a divulgação de relatórios do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) em que apontavam-se inúmeras irregularidades na gestão, em contratos com empresas terceirizadas, ausência de transparência do orçamento recebido e executado, entre outras. Simultaneamente, o Estado do Rio vivenciou sua pior crise na saúde pública entrando em colapso no final do ano de 2015, momento em que criou-se um *gabinete de crise* em parceira com a Defensoria

Pública, Ministério Público, Sindicato dos Médicos e governo federal. Durante meses os hospitais do Rio ocuparam lugar de destaque nas mídias devido a situação de calamidade generalizada: interrupção no atendimento a população em algumas unidades de saúde; falta de medicamentos e insumos básicos, surto de dengue e outras epidemias; aumento exponencial de casos de tuberculose, equipamentos hospitalares de alto custo como tomógrafos e ultrassons quebrados ou *eternamente* em manutenção; culminando com o emblemático e fatídico evento da incineração de cerca de 700 toneladas de medicamentos vencidos em estoque do Estado.

33. A falácia do discurso defensor das OS's no Rio de Janeiro disfarçava na verdade uma *ação entre amigos*, um processo de favorecimento de cartas marcadas para empresários próximos ao governo que demonstrou como objetivo último inviabilizar uma saúde pública de qualidade para a população e comprometida com os princípios do SUS. O capital financeiro nos últimos 15 anos no Rio de Janeiro demonstrou uma peculiaridade de classe: organizar-se enquanto máfia no interior do Executivo e do Legislativo com a legitimação benevolente do Judiciário. A saúde pública ocupa lugar de destaque nesse projeto pelo alto custo dos produtos, serviços e contratos agregados a sua natureza. A gestão da saúde nos governos Cabral e Pezão/Dornelles é tanto um foco de investigações do Ministério Público e Polícia Federal, quanto setor estratégico para o capital financeiro — no enfrentamento ao declínio de sua lucratividade — expropriar recursos públicos que garantam sua sanha por acumulação e expansão (Mendes, 2015).

34. Enquanto coletivo ecossocialista e libertário contra todas as formas de exploração, opressão e espoliação de nossa classe, colocamo-nos ao lado das organizações, movimentos sociais, frentes e fóruns em defesa do SUS e da saúde pública universal. Subversão à ordem do capital!

35. Os servidores da saúde estadual denunciam o descaso com a saúde, com os trabalhadores. Entra governo, sai governo a pouca vergonha é a mesma. Enquanto os servidores lutam por atendimento digno de qualidade, 100% SUS, o governo terceiriza a rede colocando fundação (OS), expulsando os servidores concursados a 15 a 20, para

procurar outras unidades longe de suas casas. Trabalhadores sem salário digno, sem vale transporte, sem ticket refeição. Trabalhadores e trabalhadoras da saúde estadual temos um PCCS que vem desde a época de Benedita aprovado na Alerj. É lei. Até a presente data já passaram cinco secretários de saúde estadual que nada fizeram por esta categoria que é a mais desvalorizada do RJ. Na presente data temos outro PCCS com o governador Pezão, só que não é interesse dele valorizar os servidores da saúde estadual.

36. O sonho dos governantes é terceirizar, pois só assim eles roubam a saúde pra valer. O PMDB é um governo de continuidade no roubo e massacre nos servidores cedidos. Chegamos ao fundo do poço com servidores sem salário há três meses, sem 13º, sem férias e quando sai o salário é de forma parcelada. Servidores endividados, não conseguindo sequer pagar as contas básicas. A maioria está há três meses levando cesta básica e pedindo ajuda aos amigos para comprar medicação. Muitos não têm como chegar ao trabalho e ainda há algo pior: suicídios. Há vários servidores em depressão, pois a maioria está com ação de despejo. O governo dá isenção fiscal para empresários em troca de propinas. Temer, Pezão, Picciani, Crivella e seus aliados acham que nós trabalhadores temos que pagar a crise, mas quem tem que pagar a crise são os governantes sanguessugas. Nós continuaremos a lutar pela saúde, educação e previdência para garantir o direito à vida. Diga não às fundações (OS)! Contra as reformas da previdência e trabalhista! Unidos somos fortes! Nenhum passo darei atrás! Servidores na luta, pelas diretas já!

Por que o PSOL/RJ precisa levantar a bandeira da auditoria da dívida do Estado do Rio de Janeiro?

37. Inicialmente vamos fazer referência à CPI da Dívida Pública realizada pela Câmara dos Deputados entre 2009/2010, graças ao empenho da bancada do PSOL. A CPI tinha como finalidade investigar não só as Dívidas da União, como a dos Estados e Municípios, o pagamento dos juros, os beneficiários destes pagamentos e o seu impacto no desenvolvimento do país.

38. Por seus resultados, podemos concretamente verificar o que significa o chamado “Sistema da Dívida”, que nada mais é do que a utilização do endividamento público como estratégia de extorsão do sistema financeiro mundial às nações periféricas que necessitam de recursos para alavancar seus projetos de desenvolvimento.

39. Ainda como resultado da CPI se constatou que, as condições de repactuação das Dívidas Estaduais com a União continham cláusulas que feriam o pacto federativo, não só por serem arbitrárias, unilaterais, como por conterem práticas de usura não só na fixação de índice como o IGP-DI, calculado por instituição privada (a FGV), como a proibitiva capitalização mensal de juros. Juros vencidos e não pagos devem ser computados à parte e sobre estes, não podem incidir novos juros (Súmula 121 do STF). Os juros não podem ser acumulados mensalmente e sim em conta corrente ao final de cada ano. Já se sabia que as condições financeiras impostas aos estados eram exageradas, mas incorporar parcelas não pagas ao valor principal com incidência de juros sobre juros é uma clara prática de anatocismo, duplicidade de juros, condenado por qualquer tribunal internacional.

40. O que pouco se fala, e na atual conjuntura de escândalos sucessivos de corrupção poderia ser alvo de uma Lava Jato, foi a utilização espúria que a União fez dos Estados para atender aos seus próprios interesses.

41. Art. 11. A União poderá securitizar as obrigações assumidas ou emitir títulos do Tesouro Nacional, com forma de colocação, prazo de resgate e juros estabelecidos em ato do Ministro do Estado da Fazenda, ouvido o Ministério do Planejamento e Orçamento, com vistas à obtenção dos recursos necessários à execução do disposto nesta Lei." Qual foi o resultado prático deste artigo confirmado pelas investigações de outra CPI a dos Precatórios? As dívidas mobiliárias dos Estados tinham baixo valor de mercado . Quando foram federalizadas passaram a valer 100% do seu valor de face . Entretanto foram negociadas no mercado secundário muito abaixo desse valor numa evidente transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado que detinha esses títulos. Em outras palavras: os títulos estaduais desvalorizados, com o aval federal, passaram a valer muito e gerando lucros astronômicos ao mercado financeiro.

42. A listagem das irregularidades é muito maior do que estamos mencionando resumidamente mas, o bastante para sabermos que argumentos não faltam em defesa da necessidade de se fazer a auditoria dos Estados e no nosso caso do Estado do Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de outros mais ativos como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará.

43. A repactuação das Dívidas dos Estados ou Proer, através da Lei no 9.496/97, surge como imposição do FMI com um arcabouço de medidas de caráter neoliberal como o ajuste fiscal para garantir o superávit primário, privatização de empresas de infraestrutura, além da privatização dos Bancos Estaduais. A privatização dos Bancos seguiu um Plano específico chamado Proes onde o FMI injetou grandes empréstimos com a finalidade de sanear esses Bancos, deixá-los sem mácula e depois vendê-los à preço de banana para os Bancos privados.

44. O Banerj está nesse rol e só uma auditoria poderá verificar porque com todo o seu patrimônio, o que o Banco deixou de herança foi praticamente a dívida contraída através do Proes. Segundo Cláudio Tito Gutiérrez Gutiérrez, os Bancos Estaduais foram um importante instrumento para alavancar o desenvolvimento regional até o final da década de 70, uma vez que o Governo Federal restringe as receitas em suas mãos. Nesse contexto a administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista) foi responsável por ampliar o leque de opções dos governos estaduais para novas formas de endividamento. As empresas públicas tinham mais liberdade administrativa e por isso podiam obter financiamento interno e externo sem passar pelo crivo federal. Porém, a partir de 80 e 90 eles começaram a apresentar desequilíbrios financeiros até que surge um consenso de privatizá-los retirando dos Bancos o controle das instituições financeiras. Entretanto fica bem explícito o objetivo da concentração bancária como o Itaú, Bradesco e Unibanco e o início de um novo ciclo de abertura do sistema financeiro nacional ao capital externo.

45. Com a privatização dos seus Bancos, os Estados não dispõem do recurso da rolagem da dívida como faz a União, que emite novos papéis da dívida para pagar as

antigas. Ainda durante o Governo FHC foi criada a Lei Kandir que isentou a cobrança de ICMs aos produtos de exportação sem valor agregado. Como tudo tem um ar inocente e legalizado, a União prometeu aos Estados a compensação das perdas e, até hoje, a promessa não foi cumprida. Só para o nosso Estado do Rio, isso significou na melhor das hipóteses uma perda de 49 bilhões de reais, mas estranhamente nenhuma ação de inconstitucionalidade foi impetrada, a exemplo do Estado de Minas Gerais. As arbitrariedades da União não encontram eco num Estado cujo protagonismo histórico deveria ser suficiente para ser tratado de igual para igual. No entanto, desde a fusão foi abandonado à sua própria sorte sem receber as devidas compensações como seria de se esperar, inerentes à perda da sua centralidade.

46. O PSOL não pode deixar de ver com clareza a ingerência do sistema financeiro mundial na nossa economia e no comando político do país. E em relação ao Estado do Rio de Janeiro tentar recuperar uma postura de independência e enfrentamento com o Governo Federal. Fazer negociação numa atitude de subserviência e pires na mão é algo inadequado e injurioso. Os instrumentos legais que nos restam são criar CPIs, auditar nossas dívidas nacionais ou estaduais e mobilizar a população para que sejam cumpridas as determinações da própria Constituição de 1988 que previu essa necessidade. A crise gerada pelo endividamento fluminense deve servir de base para esse retorno às nossas raízes históricas e à compreensão global do problema.

47. Para exemplificar, vejamos o *modus operandi* da União através de um contrato de empréstimo com a Caixa Econômica feita no Governo Marcelo Alencar em 1996. Essa linha de crédito, PDV — no valor de R\$ 180 milhões sendo que R\$ 120 milhões para o pagamento do 13º dos servidores estaduais e R\$ 60 milhões para reforma administrativa — teve a orientação explícita do FMI e está carregada de 44 condicionantes. Praticamente todo o parque estatal foi privatizado: Rio Gás, Rio Luz, Coderte, Ceasa etc.

48. Uma dívida que pagamos tanto e só aumenta... Nosso parque industrial privatizado e o dinheiro desaparece ... Em 29/10/99, depois da rediscussão dos termos da repactuação, foram refinanciados com a União R\$ 18.536.808,00, segundo dados da

Secretaria de Fazenda do Estado. Entre 2006 e 2015, foram pagos R\$ 22.557.092.635,00 sendo que 64% dos valores são devidos ao pagamento de juros e encargos — R\$ 14,5 bilhões. A partir de 2010, novos contratos de operação de crédito vieram contribuir para o aumento da dívida fluminense. Aqui não cabe explicitar os empréstimos tanto das Instituições financeiras internas como o BB, a Caixa Econômica e o Bndes, como das externas — Banco Mundial e outros. Mas, é importante frisar que vários contratos como o da expansão da linha do metrô na primeira metade dos anos 2000 e atualmente para a “Linha 4” e inúmeras outras obras de infraestrutura foram alocadas em função não só da melhoria dos Serviços Públicos como da necessidade criada pelo fato de o Estado sediar a Copa do Mundo e Olimpíadas. Esses eventos mundiais, com reflexos positivos no país como um todo, creditaram apenas ao Estado a missão de pagar a conta.

49. Assim, apesar dos pagamentos, o crescimento da dívida do Estado do Rio tem um caráter exponencial independente da inclusão de novos empréstimos e passou de R\$ 18.536.808,00, em 1999, para R\$ 59,2 bilhões, em 2010, e para R\$ 108 bilhões, em 2015. Na análise das Contas de Governo referente ao ano de 2013, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) verificou irregularidades traduzidas no desvio de “recursos a serem investidos em infraestrutura e melhorias dos serviços públicos e alocados para o pagamento da dívida num montante aproximado de 24% das receitas. Isso representou um valor de R\$ 1,2 bilhões.

50. Nova rodada de negociação: agora, o Governo Temer faz novo pacto com o Estado do Rio de Janeiro, cuja tônica é mais uma vez o ajuste fiscal para a recondução do superávit primário que garanta o pagamento das dívidas contraídas. O chamado regime fiscal diferenciado terá a duração de três anos e vai penalizar principalmente o funcionalismo público estadual com o aumento da alíquota de desconto para 14% e outra alíquota que se diz provisória de 8% a ser cobrada durante o período de contenção. Outra condicionante a exemplo de 97 é a alienação integral das ações da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE). Os recursos detidos com essa alienação deverão ser utilizados integralmente na amortização das dívidas, mediante a seguinte ordem: dívidas

novas, dívidas refinanciadas com banco federal e garantido pela União e dívidas com a União.

51. A bancada do PSol na Alerj apresentou um Projeto de Lei no 2435/2017 que institui a Comissão Técnica de Auditoria da Dívida do Estado do Rio de Janeiro-CATDERJ. A revisão dos novos contratos e o cálculo do endividamento anterior se faz não só necessário como urgente. Temos muitas caixas pretas que devem ser abertas.

Crise e violência no Rio de Janeiro: é preciso superar essa barbárie

52. A crise econômica afetou o Rio de Janeiro de diversas maneiras. Uma de suas consequências mais agudas certamente implica no aumento da violência e nas violações cometidas pelo Estado. Ao contrário do que é reproduzido permanentemente pelo senso comum, não são os baixos salários de policiais ou a ausência deles o que implica no aumento da violência.

53. Embora a luta por melhorias salariais e por direitos para trabalhadores seja algo sempre presente em nossa agenda, é importante lembrarmos que parcela significativa da violência que vivemos é produzida pelos próprios agentes do Estado, seja nos guetos e nas favelas — prendendo em larga escala ou simplesmente executando sumariamente os habitantes dos territórios mais estigmatizados da cidade, agindo de forma racista — seja nas grandes manifestações, reprimindo mobilizações democráticas da classe trabalhadora com o objetivo de manter a ordem opressora do capital.

54. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) — um modelo antigo de policiamento que ganhou nome novo e ampla divulgação na mídia nos governos Cabral — garantiram a perpetuação do PMDB no governo do Estado do Rio, na medida em que pareciam apontar (para os mais leigos ou mais sensíveis ao discurso midiático punitivista) para a solução do problema da violência no Rio de Janeiro, embora todas as implementações de

políticas públicas (educação, saúde, saneamento etc.) estivessem em profunda crise. Hoje as UPPs não garantem a segurança nem nos poucos territórios nos quais deveriam atuar. Fica claro que sua implementação estava mais comprometida a um projeto de cidade que gerasse lucros aos especuladores que investiram nos grandes eventos realizados no Rio de Janeiro, do que com qualquer tentativa de aprofundamento práticas cidadãs e políticas de administração de conflitos sociais. As UPPs têm sido responsáveis por um controle tão ou mais autoritário do que o do modelo de policiamento que as precedeu.

55. A crise tem afetado diversos mercados e o comércio de drogas, como qualquer outro, não é uma exceção. Na medida em que ele é atingido pela diminuição da circulação de bens e a necessidade para se arcar com os tributos cobrados informalmente por policiais torna-se mais aguda, passa a haver a necessidade de se buscar novas fontes de renda. Esta diversificação das atividades criminosas e violentas ficou evidente, por exemplo, na recente operação que prendeu mais de 90 policiais militares no estado do Rio de Janeiro por conta de sua associação ao comércio de drogas ilegais.

56. A superação deste complexo quadro não está na contratação de mais policiais e aumento da força de repressão do Estado e sim no maior controle popular sobre tais forças e políticas sociais que dêem garantia de cidadania e oportunidades para essas populações que mais sofrem com a pesada mão do Estado. É preciso experimentar iniciativas de justiça de transição capazes de, através de uma agenda de garantias de direitos, construir uma outra política justiça baseada no diálogo e organização comunitária. É imperioso ainda colocar na ordem do dia o debate sobre a legalização das drogas para que este comércio pare de gerar violência para os mais pobres e dividendos para ricos e poderosos.

Romper a cortina de fumaça para legalizar as drogas

57. O contexto de avanço político do espectro conservador no Brasil e também no mundo, tem feito recrudescer a luta de classes e, por isso, os mecanismos de controle social também voltaram a se intensificar de forma ainda mais aguda. A política de guerra às

drogas, principal ferramenta para controle e criminalização da pobreza, além de extermínio da juventude negra e pobre no Brasil, segue então, o mesmo caminho de retrocessos.

58. Os números de guerra civil com as UPP – Unidades de Polícia Pacificadora do governador Pezão (PMDB) no Rio de Janeiro e as ações da prefeitura de João Dória (PSDB) contra usuários de crack em São Paulo ilustram bem esse avanço da lógica repressora e de guerra na política de drogas. Osmar Terra, um dos principais nomes da política de internação forçada de usuários de drogas, com a ascensão de Michel Temer (PMDB) ao poder, ganha status de ministro e amplia ainda mais a política de fortalecimento das comunidades terapêuticas por meio de repasses de verbas em grande volume para membros da bancada evangélica que protagonizam esses métodos de “recuperação das drogas por meio da fé”. Alexandre Moraes, o “jardineiro paraguaio” que fez o cômico vídeo cortando pés de maconha no Paraguai para “combater o tráfico”, é outro símbolo da limitação intelectual proibicionista que alcançou o status de ministro do STF no novo governo.

59. Se o recrudescimento da política de drogas continua servindo aos interesses do capital para o controle e extermínio da população pobre e encarceramento de pessoas em situação de rua para atender o capital imobiliário, especulativo e financeiro, o movimento antiproibicionista e antimanicomial devem apontar para o sentido da construção de políticas completamente opostas.

60. O movimento antiproibicionista, com objetivo de legalizar e regulamentar todas as drogas hoje consideradas ilícitas pela ANVISA, deve trazer para o centro do debate a criminalização da pobreza e os números galopantes da violência social que, paradoxalmente aos grandes investimentos em armas e mortes, é um completo fracasso do ponto de vista de tentar reduzir objetivamente o tamanho do tráfico de drogas. Entre os espaços que mais estão ganhando visibilidade e protagonismo na pauta por uma perspectiva classista e de esquerda, está a Marcha da Maconha, movimento social que já

ocupa mais de 33 cidades pelo Brasil e que em cidades como São Paulo, já coloca mais de 50 mil pessoas nas ruas todos os anos, com forte presença da juventude negra e periférica.

61. O movimento antimanicomial, com objetivo central de combater as políticas de lógica manicomial, abolidas com a reforma psiquiátrica e que retornam por meio das internações forçadas, também devem ter como centro o debate de classe e a denúncia de que os principais internados à força pelo Estado são novamente, jovens, negros e pobres. É mais uma política que funciona quase que exclusivamente para controle social. A mudança do paradigma da repressão e violência para a lógica do cuidado, da redução de danos, clínicas de rua e CAPS-AD devem estar no nosso centro programático para esse eixo.

A luta antirracista em perspectiva estadual

62. Genocídio da população jovem negra, encarceramento em massa, perseguições religiosas e culturais e discriminações, são os principais reflexos do racismo estrutural da sociedade brasileira e, por conseguinte do Estado. 41,90% da população do Estado do Rio de Janeiro é composta por negros e pardos. E o mesmo não garante a condição mínima de dignidade para quase metade de sua população e muito menos as vidas dessas pessoas.

63. A negritude do Rio de Janeiro enfrenta diariamente a possibilidade de sua morte. De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. A taxa de homicídios de negros foi de 34,7 em 100 mil em 2015. Ela aumentou 18,2% em 10 anos. No Rio de Janeiro, quase 80% das vítimas de homicídios associados a intervenções da polícia são negros. Desse contingente de afrodescendentes mortos, 75% eram jovens entre 15 e 29 anos. Esses dados demonstram o genocídio que a população negra sofre no Estado.

64. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo — são mais de 622 mil presos. Mais de 40% deste total são presos provisórios, ou seja, não chegaram ainda a ser definitivamente julgados. 75% da população carcerária do Brasil é composta por

negros. No Rio de Janeiro os dados da seletividade penal são ainda mais alarmantes: 58,35% da população prisional têm até 29 anos, e 72,57% são negros. A política de “guerra às drogas” do Estado brasileiro permite a policiais criminalizar indivíduos com determinado perfil étnico e social. Enquanto os negros encontrados portando drogas são acusados com o crime mais sério de tráfico, pessoas brancas talvez sejam acusados de posse de drogas ou simplesmente receberão uma advertência.

65. O Rio de Janeiro é o segundo Estado do país com mais denúncias de intolerância religiosa, 71% dessas denúncias advém de adeptos de religiões de matrizes africanas. É possível observar os crescentes de episódios de assédio, intimidação, discurso de ódio e, mesmo, de atos de violência, voltados contra os fiéis dessas práticas religiosas.

66. Ao hierarquizar e dividir a classe, ao intimidar, inclusive com a morte, a população negra, a ordem do capital beneficia os seus donos, mas ao enfrentar as diversas formas de racismo, inclusive as mais disfarçadas e ao apostar na autonomia e no respeito às especificidades dos movimentos e também na integração de projetos entre os movimentos de lutas de negras e negros, apostamos na sua emancipação e que o nosso socialismo terá que ser também a superação do racismo.

67. Estamos na luta ainda na campanha “Libertem Nosso Sagrado!” campanha construída por vários movimentos da população negra do Rio de Janeiro em conjunto com nosso pelo mandato de Flávio Serafini na ALERJ. Durante todo o século XIX e XX a polícia do Estado do Rio de Janeiro em uma roubou descaradamente centenas de terreiros e espaços do candomblé, ubanda e outras expressões religiosas do povo preto no Rio de Janeiro. Todo esse material está despejado no Museu da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em processo de degradação e censura. Exigimos que libertem o nosso sagrado, o povo das religiões negras têm o direito a ter acesso e dar cuidado as suas obras sagradas.

A crise e seus impactos na população LGBT

68. Em uma conjuntura de crise política e financeira, como a que ocorre com o Estado do Rio de Janeiro, as parcelas mais vulnerabilizadas da população são as mais afetadas. O chamado "pacote de maldades" do Pezão foi a escolha do governo estadual para enfrentar a crise. No pacote, o governo encampou o fim de programas sociais, a privatização da CEDAE e o aumento de impostos.

69. Na lógica da austeridade, os direitos humanos não têm vez. Um dos programas mais afetados foi o Rio Sem Homofobia, vinculado à Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Políticas Públicas. O projeto estava longe do ideal e ainda precisava avançar em diversos aspectos, mas era uma iniciativa importante para o acolhimento de LGBTs vítimas de violência.

70. Os funcionários do programa, assim como os demais servidores estaduais, sofrem constantemente com o atraso de salários. Em maio, eles receberam o primeiro pagamento desde o início do ano. No mesmo mês, os quatro Centros de Cidadania foram fechados por uma semana. Atualmente, em Niterói, por exemplo, o atendimento ocorre em horário reduzido.

71. O cenário é de dismantelamento do pouco conquistado e os casos de violência LGBTfóbica continuam ocorrendo cotidianamente. Vivemos no país que mais mata travestis e pessoas transexuais. Todos os dias morrem LGBTs assassinadas (os) no Brasil. No Rio de Janeiro não é diferente.

72. Devemos lutar pela manutenção e, sobretudo, ampliação do Rio Sem Homofobia, bem como debater com a comunidade *T* sobre os limites do programa e assimilar as críticas para avançar. Como PSOL, devemos fortalecer os setoriais e garantir a participação de LGBTs nos espaços de deliberação política.

73. A crise veio de braços dados com o crescimento exacerbado do conservadorismo e do fundamentalismo religioso que hoje é um dos nossos maiores desafios a serem

superados para que se avance a pauta LGBT ,feminista e para que a esquerda volte a dialogar com a classe trabalhadora inserida nesses espaços religiosos.. O discurso de ódio pregado pelas grandes lideranças cristãs televisivas, tem sido fundamental para a perpetuação do massacre LGBT que acontece hoje no Brasil e no Rio de Janeiro.

74. O Estado do Rio foi um dos primeiros a começar a proibição do debate de gênero de diversidade nas escolas em votações nas câmaras municipais de várias cidades, com forte participação e hostilidade das igrejas. O que colocou pra nós a necessidade de trabalhar a disputa de consciência nesses setores fortalecendo principalmente a nossa militância e debate de fé e política como instrumentos imprescindíveis para o avanço do movimento LGBT. Soma-se a esse quadro o fortalecimento das figuras políticas no Estado oriundas dessas realidades fundamentalistas, tais como o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro que fortalece sua base nas igrejas, onde a esquerda ainda está distante de conseguir dialogar. Compreender a importância estratégica desse debate, não é uma missão apenas para nós LGBTs mas para um partido que se coloca na linha de frente da luta contra todas as forma de opressão.

75. LGBT's sofrem no capitalismo com trabalhos precarizados e principalmente se vêem em funções invisibilizadas, como por exemplo o telemarketing. A população "T" em especial possui poucas alternativas de trabalhos, se vendo obrigadas a trabalhar em espaços marginalizados. Em tempos de crise capitalista isso se agrava, fazendo dessa população lumpen proletariado, em especial a população LGBT negra e periférica. A partir disso se vê cada vez mais necessário acender o debate LGBT dentro do nosso partido.

76. Pink Money é uma expressão usada para o eixo de mercado especializado em produzir mercadorias para LGBT'S. O pink money é uma realidade no nosso sistema capitalista e afasta jovens LGBT'S da luta socialista, apresentando as liberdades individuais, de consumo e de propriedade como únicas saídas para a inserção de LGBT'S na sociedade heterocisnormativa. Precisamos estar atentos a isso, e nutrir cada vez mais os debates LGBT'S interna e externamente.

Juventude no estado da barbárie

77. A crise pela qual o estado passa tem um impacto ainda mais pesado sobre os mais jovens, a taxa de desemprego que mais cresceu foi entre as pessoas de 14 a 24 anos (cerca de 30% de desemprego), é também nessa faixa etária onde os que mais morrem vitimados pela violência estão (em sua imensa maioria negros), soma-se a isso a reforma da previdência, PEC 55, e outras atrocidades do desgoverno Temer que condenam as próximas gerações a trabalhar sem direitos por toda a sua vida, outro dado alarmante é que o número de suicídios no país vem crescendo e mais uma vez os mais atingidos estão entre os 14 e os 29 anos.

78. Devemos entender o que está em jogo com a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma da previdência. A terceirização, como o próprio nome já diz, permite que em todas as áreas os trabalhadores e as trabalhadoras sejam terceirizados e terceirizadas e com isso a precarização dos serviços tende só a aumentar, como já acontece em alguns setores e instituições. A terceirização praticamente acaba com os concursos públicos e com a estabilidade do trabalhador, além de muitas vezes violar direitos básicos como décimo terceiro e até mesmo férias.

79. É nesse mesmo aspecto que a reforma trabalhista está inserida e seu principal ponto é: o negociado poderá ser sobreposto ao legislado. E o que isso significa? Que o trabalhador terá de cumprir o combinado com o patrão, mesmo que as exigências estejam fora das leis que serão praticamente rasgadas neste aspecto. Se o patrão quiser pagar menos que o salário mínimo o trabalhador terá de aceitar pela necessidade de ter trabalho.

80. A reforma da Previdência pretende aumentar de 15 para 49 anos a contribuição, igualar homens e mulheres em 65 anos na idade mínima para se aposentar, ignorando que as mulheres muitas das vezes têm jornadas duplas e ainda recebem cerca de 30% menos que os homens. E porque nós jovens seremos os mais afetados? Imagine um(a) jovem de 19 anos que ainda não trabalha de carteira assinada. Se ele começar a trabalhar

imediatamente, precisará contribuir 49 anos consecutivos em um mesmo emprego, sem nunca ser demitido e sem sair dele para poder se aposentar com 68 anos. Sendo que a expectativa de vida em alguns lugares do país não chega a isso. Essa reforma traz temas assustadores que falta tempo para se falar.

81. Ser jovem em um estado e em um país onde os serviços públicos básicos não são prestados com o mínimo de qualidade, os custos de vida estão entre os mais altos do mundo e as oportunidades de conseguir um emprego estão cada vez menores podem explicar esse último dado. Cresce um exército de jovens descontentes e com pouca perspectiva, fruto de um estado que foi vitrine de um modelo de desenvolvimento voltado para o capital e que agora amarga as consequências sobre tudo nesse segmento social.

82. Uma das lutas históricas dos estudantes e das juventudes é pelo passe livre nos transportes públicos tendo em vista sua importância para que nós tenhamos direito a totalidade da cidade. Nós também queremos ir ao teatro e ao cinema, à praia e aos parques, queremos usufruir e experimentar a cidade por completo!

83. Enfrentar os interesses dos grandes empresários dos transportes, mas sobretudo taxar as grandes fortunas fazendo com que os mais ricos paguem mais é o caminho para a conquista desse direito importante! Passe livre já!

84. Ao mesmo tempo e também por todo esse cenário de caos é na juventude que se encontra o sujeito mais dinâmico da resistência ao massacre do capital, construindo atos e ocupando escolas, vemos um novo ciclo de crescimento da consciência de classes entre os mais novos. Nesse contexto, é papel do PSOL em nosso estado somar a energia pulsante e a sede por transformações desses com os aprendizados e as experiências das lutas anteriores e sermos cada vez mais convidativos enquanto conclamamos: Socialismo ou Barbárie!

Necessidade da luta feminista: é pela vida das mulheres!

85. Em meio à primavera feminista, com milhares de mulheres ocupando as ruas em busca de seus direitos e contra os retrocessos, ainda sofremos cotidianamente os efeitos do machismo estrutural de nossa sociedade. A crise institucional, econômica e política que assola o Estado tem um duro impacto na realidade das vidas das mulheres. Em um Estado que não garante a vida e nem a dignidade delas: Jandiras seguem morrendo por abortos clandestinos, Cláudias seguem sendo mortas pela violência policial racista e classista, Leilas, Oneidas e Mônicas seguem morrendo pelas mãos de companheiros, várias meninas e adolescentes, mulheres lésbicas e bissexuais seguem vítimas de estupros coletivos, mulheres trans são assassinadas e milhares de mulheres seguem sofrendo com a precarização do trabalho, cujo rosto é negro, ocupando os cargos mais rebaixados no mercado de trabalho. Além de aposentadas, pensionistas e servidoras estaduais lutam para receber seus pagamentos e benefícios no desgoverno do Pezão.

86. No 8 de Março de 2017, marchamos contra a reforma da Previdência, pelos nossos direitos e pela nossa vida, essa luta se trava em âmbito nacional e estadual. Temer e Pezão buscam nos imputar um pacote contra nossos direitos dos trabalhadores e as mulheres serão um dos setores mais atingidos, com a precarização de serviços públicos como saúde, educação e a Água.

87. A luta feminista fluminense conseguiu sensibilizar os parlamentares para a luta pela igualdade entre os gêneros. No Rio de Janeiro, foi aprovada uma lei estadual que aumenta a licença paternidade para 30 dias. A ampliação da licença paternidade é um primeiro passo para contribuir com a redução da desigualdade de gêneros no cuidados com os filhos: democratiza, mesmo que ainda de forma tímida, as esferas pública e privada, garantindo assim, com pouco mais de igualdade de condições, que homens e mulheres participem da vida pública e privada.

88. Por isso nós lutamos, contra o feminicídio, pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito, contra a violência machista e LBTfóbica, por igual trabalho, igual salário, contra

a violência as mulheres negras, e contra a reforma de previdência e trabalhista e o pacote do Pezão e Temer.

89. A superação da ordem do capital é uma condição necessária à completa emancipação das mulheres, mas qualquer revolução social que não tenha como característica fundante a superação do patriarcado não será possível, não seria a nossa revolução e não serviria à emancipação humana.

Pessoas com deficiência e a luta por direitos

90. A concepção sobre a pessoa com deficiência, pela sociedade, é formada a partir dos valores ideológicos da classe hegemônica, para o cumprimento de seus objetivos, para a conquista e a manutenção das relações de dominação, afastando aqueles que não atendam às suas demandas. Nas regras e metas estabelecidas com a finalidade de legitimar esse tipo de organização societária, as pessoas que não se enquadram nesse “padrão”, passam a ser consideradas como “deficientes”. Isso acarreta práticas injustas e discriminatórias, que têm como consequência o estabelecimento de limites e a cultura do capacitismo.

91. Resultado desta concepção, as Políticas Públicas, construídas sob a égide do capital, vem se desobrigando em assegurar acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e social para garantir o direito às pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência, nos últimos anos, estão saindo do processo de segregação e ganhando visibilidade na sociedade, mas esta ação se torna paradoxal quando se deparam com barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e, principalmente atitudinais. É urgente defender a acessibilidade mediante a supressão de todas as barreiras tanto de caráter arquitetônico quanto de comunicação e atitudinais. Promover a autonomia pessoal destes significa, também, remover barreiras arquitetônicas urbanísticas existentes nas vias públicas e nos espaços internos de edifícios públicos e privados.

92. Na política educacional, a lógica é a mesma. A concepção de educação inclusiva como princípio ideológico, social e cultural está imbricada numa educação emancipadora, pois se assume como respeitadora da cultura, da capacidade e das possibilidades de evolução de todas as pessoas. É necessário lutar para forçar o Estado a criar condições de acessibilidade e permanência para que as pessoas com deficiência tenham possibilidades de se apropriarem da cultura e dos bens sociais como direito social. Lutar para que a educação inclusiva seja vista de forma conectada com as políticas sociais, a distribuição de renda e o acesso aos direitos sociais e à cultura por todos. Essas condições perpassam pela reestruturação da escola, do modo de ensinar e conceber as pessoas com deficiência. Para isso é necessário a defesa da inclusão como direito a escola regular e com acesso e condições de permanência, para possibilitar o acesso aos bens culturais, pedagógicos e sociais e por um modelo de educação onde a aprendizagem seja comum a todos com o objetivo de promover a autonomia intelectual e pessoal. A educação inclusiva deve ter como princípio ideológico, social e cultural, a emancipação humana, para isso é necessário políticas públicas efetivas com ênfase em investimentos financeiros com formação e valorização dos docentes. Lutamos por políticas públicas para uma sociedade mais igualitária, que compreenda a diversidade de modo a aceitá-la; pela possibilidade de haver políticas públicas de saúde para as pessoas com deficiência; para assegurar condições às pessoas com deficiências, de modo que estas tenham plena participação em todo o processo social e educacional e, para isso, haver a criação e a expansão de projetos comprometidos que combatam a opressão e a cultura do capacitismo.

E para nós trabalhadores e trabalhadoras quais são as alternativas possíveis?

93. A crise, apesar de ser o cenário mais duro para o desenvolvimento da luta de classes, traz também algumas possibilidades positivas. Além da intensificação de lutas que se espera com o acirramento de projetos políticos e das medidas governamentais de austeridade, cresce o clamor pela unidade de diferentes forças de esquerda.

94. A instabilidade econômica, política e institucional é também um momento propício para os trabalhadores e trabalhadoras disputarem hegemonia e para construção de um projeto contra-hegemônico, que em nossa avaliação deve ser estruturado nos seguintes eixos: a) A denúncia intransigente de qualquer ato antidemocrático imposto pelo usurpador ou seus satélites no Estado do Rio de Janeiro. Atos, escrachos e ações mais radicalizadas contra a nova ordem política/jurídica constituída na atual forma do estado burguês; b) Constituição e solidificação de frentes e comitês de luta contra as reformas e os pacote de maldades; c) Processo de formação ampliada, que sirva de base para a constituição de um programa político que expresse uma leitura apurada de nossa formação social e seus problemas, buscando um conjunto de formulações que unifiquem nossa classe e aliados no campo popular com uma perspectiva anticapitalista; d) Devemos atuar na elaboração de jornais, panfletos e cartilhas que denunciem o ataque do governo e dos patrões a partir desse pacote de maldades que atingem toda a classe, promovendo uma agitação qualificada nas barcas, praças, portas de escolas e universidades, bairros, comunidades etc. E agir simultaneamente nas redes sociais, produzindo contra informação e desconstruindo o discurso neoliberal de que somente é possível crescimento econômico com precarização das relações de trabalho. e) avaliar adequadamente a experiência petista, como condição para superá-la. Leitura que deve está fundamentada no debate de estratégia. Nosso desafio hoje é construir uma elaboração radicalmente distinta, que entenda a natureza integral do Estado e seu papel na dominação burguesa. f) Anulação de todas as medidas que atacam os trabalhadores votadas na ALERJ pelos governos Cabral/Pezão e auditoria das isenções fiscais.

95. Nossa tarefa, no entanto não é fácil, precisamos organizar e mobilizar nossa classe, seja a partir das lutas específicas contra a exploração e as condições degradantes de nossas vidas ou pela defesa e ampliação dos direitos sociais. Devemos atuar para a convergência com outras forças em luta; tanto para a atuação conjunta por um PSOL que tenha relevância política de base, nos sindicatos, nos movimentos sociais e não apenas eleitoral, mas que o partido se torne uma referência para lutadores por todo o país. Nesse sentido, o papel estadual de toda militância do Rio de Janeiro, aonde estamos mais consolidados,

será determinante. O fortalecimento do partido com uma perspectiva ecossocialista, internacionalista, feminista, anti racista e de combate a LGBTTfobia é fundamental para avançarmos em uma agenda de luta e resistência.

96. Apesar da grande ofensiva golpista e conservadora, que vem solidificando as bases para um estado de exceção, a vitória desse projeto não está dada. O nível de sucesso da implementação das contra reformas, do ajuste fiscal e do pacote de maldades do governo Pezão e seu projeto de barbarização social que ameaça a nossa sobrevivência dependerá da capacidade de organização e resistência de amplos setores da esquerda e da necessidade da mobilização da população em geral.

A luta ecossocialista no Estado do Rio de Janeiro: em defesa dos territórios, povos tradicionais e bens comuns

97. O “boom das *commodities*” e o alto preço do petróleo no mercado internacional, colocaram o Brasil na posição de provedor de matérias-primas na geopolítica mundial. Foi através da chamada reprimarização da pauta exportadora que o país conseguiu ter elevadas taxas de crescimento econômico nos últimos anos, fortalecendo principalmente os setores do agronegócio, da mineração e da exploração de petróleo e gás;

98. A opção por esse modelo de desenvolvimento tem um preço. Que não é pago de forma igualitária por todos e todas. Há uma crescente apropriação privada dos territórios e dos bens comuns, uso intensivo de recursos hídricos e energia. Os benefícios e malefícios dos projetos ditos de desenvolvimento são distribuídos de forma desproporcional, gerando conflitos, racismo e injustiça ambiental nos territórios. As populações que moram nas periferias das cidades, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais sistematicamente recebem a maior carga de impactos negativos e expropriação, enquanto que uma pequena parcela de empresários recebe os lucros dos projetos;

99. O desenvolvimentismo a qualquer preço, a ideia de um progresso ilimitado e infinito e do ser humano se colocando à parte da natureza para poder explorá-la, são conceitos da civilização branca, européia, ocidental e masculina, largamente hegemônica no planeta, que tem nos levado à barbárie sócioambiental. O racismo é uma ferramenta cara ao capitalismo, que sempre explorou as diferenças para estabelecer um poder sobre classes, raças, povos e etnias. Em relação ao meio ambiente, o Racismo Ambiental é a discriminação racial nas políticas socioambientais, onde as injustiças sociais e ambientais recaem de forma implacável sobre a população negra e grupos étnicos vulnerabilizados;

100. O Rio de Janeiro é certamente o melhor (ou o que há de pior) exemplo da materialização desse modelo. Desde 2006 quando foi anunciada a descoberta do pré-sal o estado embarcou na promessa do “bilhete premiado para o futuro” e ocupa a posição de maior produtor de petróleo do país, com cerca de 70% do total. Neste ano o pré-sal já alcançou 50% de todo o recurso produzido nacionalmente em menos de 10 anos! A economia fluminense nos últimos anos se sustentou, portanto, nos recursos provenientes dos royalties do petróleo;

101. O resultado desse modelo de desenvolvimento foi catastrófico e levou o Estado à falência! Devido a queda no preço internacional do petróleo e os desvios de recursos públicos pelos governos do PMDB e do PT, o que antes era uma promessa se transformou em uma triste realidade: expropriação de pescadores artesanais e povos tradicionais, contaminação e destruição de ecossistemas, como a Baía de Guanabara, desemprego e precarização nos “oásis do petróleo”, principalmente cidades do norte-fluminense, como Campos e Macaé, além de aumentar significativamente a emissão de CO2 e agravar as mudanças climáticas. É urgente a elaboração de um programa de transição da matriz energética, que substitua gradativamente os combustíveis fósseis por fontes renováveis, para que possamos defender em alto e bom som: petróleo, gás e carvão tem que ficar no chão!

102. Um Rio de megaempreendimentos. Esse tem sido o “legado” do nosso estado nos últimos anos. Podemos falar das siderúrgicas, seja pelo histórico de violações de direitos

da CSN em Volta Redonda ou da instalação da TKCSA em Santa Cruz, na Baía de Sepetiba. A empresa operou por mais de 7 anos sem licença ambiental, aumentou sozinha mais de 70% as emissões de CO2 do estado, tem gerado conflitos com pescadores no canal de São Francisco e produz sistematicamente as “chuvas de prata”, um pó prateado expelido pela fábrica que é extremamente prejudicial à saúde da população que reside no entorno;

103. A instalação de Terminais Portuários também são problemas sérios. O Terminal Ponta Negra, em Maricá, se construído, vai destruir uma verdadeira riqueza cultural que são os *beachrocks* de Jaconé, formação geológica rara que tem sido estudada pelas principais universidades do estado, além de gerar impactos à população do entorno. O TEPOR, em Macaé, tem gerado conflitos com pescadores artesanais e moradores e o Porto do Açú, de propriedade do grupo de Eike Batista, em São João da Barra, tem afetado a vida de agricultores familiares, que resistiram num acampamento que durou mais de 100 dias até serem removidos por força de uma reintegração de posse;

104. Estamos diante do avanço da lógica privatista também para a gestão ambiental. O caso da proposta de privatização da Ilha Grande, na Costa Verde, por meio de uma Parceria Público Privada (PPP) é uma grande ameaça. Moradores, movimentos, pescadores, caiçaras e associações resistem, inclusive com propostas alternativas à lógica de Parceria Público-Público, gerenciado pelos moradores locais com autonomia, participação e democracia. Na região de Paraty centraremos esforços na luta pela municipalização da água e esgoto, hoje tratados como mercadoria pela PPP instalada, no combate sem trégua à especulação imobiliária, através da participação nos fóruns acerca de recategorização e ocupação do território, na conquista do direito à cidade, por meio da oposição sistemática ao decreto gentrificador do governo municipal, e no apoio irrestrito à demarcação das Terras Indígenas Guarani e Pataxó, visando a autonomia e sustentabilidade dos povos originários.

105. Na outra ponta do estado, está em curso a proposta de redelimitação do Parque Estadual Costa do Sol (PECS), que abrange seis municípios como Cabo Frio, Arraial do

Cabo e Búzios. A proposta visa atender os interesses do setor empresarial e da especulação imobiliária da região. Além disso, a recente finalização do contrato dos Guarda Parques e a transferência do gerenciamento dessas atividades para uma Organização Social (OS) é muito preocupante!

106. No início de 2017, apesar da expressiva mobilização popular, a ALERJ aprovou sob intensa repressão policial a privatização da CEDAE. O PSOL através de sua militância e da bancada na assembleia tem cumprido papel importante na resistência contra a venda da companhia. A privatização da CEDAE explicita uma questão antiga no capitalismo: o tratamento da água enquanto mercadoria e não como um bem comum, essencial à vida humana e aos ecossistemas. Esse processo vai na contramão da tendência mundial de remunicipalização da gestão dos recursos hídricos, como observado em cidades como Paris, Berlim, Buenos Aires, Cochabamba, além de apontar para o aumento de tarifas e o desabastecimento dos locais “menos rentáveis”.

107. Defendemos a noção de “saneamento ambiental”, como instrumento para promoção da saúde coletiva e ambiental, que articula as ações ditas básicas com um conjunto de outras em defesa dos ecossistemas. É fundamental, portanto, a preservação dos mananciais, das matas ciliares, o reflorestamento, uso racional das águas, manejo do esgoto sanitário, resíduos sólidos e efluentes industriais. Nesse sentido, a recuperação ambiental da bacia do Rio Paraíba do Sul se coloca como uma agenda urgente e de extrema relevância e prioridade.

108. Enquanto em alguns lugares do estado, como na Baixada Fluminense, a população é afetada pela falta de água em decorrência da sistemática distribuição desigual (injustiça hídrica) desse bem comum, na Região Serrana a população é afetada pela situação oposta, o excesso de água nos períodos chuvosos tem ocasionado alagamentos, deslizamentos de terra e desastres. Defendemos que os desastres da região serrana não são meras fatalidades naturais, mas consequências de um processo sócio-histórico e político que vulnerabiliza a população frente aos fenômenos naturais.

109. O esgotamento do ciclo de expansão econômica capitaneado pelo projeto neodesenvolvimentista levado a cabo ao longo dos últimos 13 anos tem contribuído para a piora dos indicadores sociais em São Gonçalo. A paralisação das obras do COMPERJ impactou profundamente a economia local. Ela se expressa na desaceleração do crescimento econômico e na ampliação do desemprego que, segundo dados da prefeitura, chega a 9,9%. Simultaneamente, a cidade sofre com índices crescentes de criminalidade, fenômeno associado diretamente ao aprofundamento da desigualdade social. Em 2010, de acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, os 20% mais pobres ficavam com 4,91% da renda do município e os 20% mais ricos com 49,28%. A atual crise econômico-social tem afetado a própria administração pública local. No início deste ano, serviços básicos como a coleta de lixo e fornecimento de merenda escolar foram suspensos devido ao colapso das finanças públicas. O funcionalismo público local também vem sofrendo com os constantes atrasos nos salários e as precárias condições de trabalho.

110. Nessa atual conjuntura é necessário pensar no interior do Estado não como uma coisa só, mas com todas suas diversidades, conjunturas diferentes e necessidades diferentes também. Com a atual crise econômica precisamos estar presente com uma pauta de expor que ela é fruto do sistema capitalista e também que elas cumprem ciclos. Ao mesmo tempo é necessário expor os malefícios de uma conciliação de classe. Outro aspecto fundamental é a questão da exploração dos recursos naturais, que devemos estar a todo momento denunciando essa retirada de riquezas naturais de forma desenfreada e inconsequente, sem compromisso nenhum com o meio ambiente estadual. Nessa pauta é fundamental lutarmos por nossa pauta ecossocialista, por meio de atividades em todo interior além de trabalharmos juntamente com a formação. Precisamos também estar atentos ao avanço do conservadorismo, que se mostra em uma crescente a nível nacional, é sempre muito presente na política local do interior, forte traço do coronelismo que nunca deixou de estar presente. Precisamos ampliar atividades com nossa pauta ecossocialista e libertária. Estimulando cada vez mais debates, rodas de conversa/formação e estarmos na luta diária da população do interior, deixando firme nossa atuação de forma organizada e dando a devida importância pras questões do interior.

111. O debate sobre direito à água limpa e ao saneamento ambiental perpassa prioritariamente pela promoção da justiça ambiental, da garantia do controle popular e democrático sobre esses recursos. Na construção de um outro modelo de desenvolvimento, que seja pautado nas pessoas e para as pessoas, com redução das desigualdades socioambientais e o fim do racismo ambiental. Fechar as torneiras do agronegócio, da mineração e da grande indústria, principais setores que mais consomem água no Brasil, é um imperativo do tempo presente. *Água é vida, não é mercadoria!*

112. Mais de 500 anos depois da invasão portuguesa em território brasileiro as populações indígenas Guarani e Pataxós do Rio de Janeiro continuam sendo expropriadas. Das 8 aldeias existentes no estado, apenas três são demarcadas. A educação diferenciada bilíngue ainda não é uma realidade para todas as crianças, além da falta de professores indígenas e da estrutura precária das “salas de extensão” da única escola estadual indígena. Os territórios indígenas têm sido pressionados pela especulação imobiliária e por empresários da região.

113. Um Rio de resistências: no campo e na cidade, morro e asfalto, do centro à periferia. Mesmo com o avanço dos projetos ditos de desenvolvimento sobre os territórios, os povos da floresta, indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores artesanais, marisqueiras, agricultores e moradores das periferias seguem resistindo à lógica capitalista e produtivista. As experiências populares em agroecologia, permacultura, agricultura urbana, energia descentralizada e práticas de convivência com os biomas nos inspiram na construção de um mundo novo. Que seja radicalmente democrático e libertário: o ecossocialismo!

Balanco e perspectivas do PSOL RJ

114. Não é difícil constatar que o PSOL tem um peso social diferenciado no estado do Rio de Janeiro em comparação a outras unidades da federação. Dos cinco deputados federais eleitos pelo PSOL, três foram pelo Rio de Janeiro. Em termos de deputados

estaduais, foram eleitos cinco no Rio de Janeiro, de um total de doze no país. É também o estado que mais elegeu vereadores – doze candidatos saíram vitoriosos, sendo seis na capital, de um total de 53 se contabilizadas todas as cidades do Brasil. Sem falar na campanha que levou o companheiro Marcelo Freixo ao 2º turno das eleições cariocas de 2016. Contudo, observando mais de perto, em apenas quatro municípios do estado do Rio de Janeiro foram eleitos vereadores – Rio de Janeiro, Niterói, Friburgo e Itaocara, o que demonstra uma distribuição muito desigual no território.

115. Obviamente, sua presença vai muito além do âmbito institucional. Em muitas cidades nas quais não temos parlamentares, o PSOL tem intervenção significativa de sua militância e diretórios municipais. O partido é uma referência de luta e no debate político. Tem participação nas discussões e reivindicações que são travadas na sociedade em diversos campos: de categorias profissionais, funcionalismo público, direitos humanos, segurança pública, educação, saúde, meio ambiente, juventude, contra o machismo e pela liberdade de orientação sexual, tolerância religiosa e laicidade do estado etc. Para muitos movimentos sociais e mesmo sindicatos, o PSOL/RJ tem um papel destacado nas principais mobilizações sociais e campanhas que se organizam na sociedade.

116. Na conjuntura de grave crise econômica e política que se encontra o Rio de Janeiro, com atraso por meses no pagamento aos servidores públicos, aposentados e pensionistas, bem como interrupção e precarização de serviços públicos como educação e saúde, o PSOL nos parlamentos e nas ruas se afirmou como uma das principais forças políticas do estado. Sua intransigente denúncia aos esquemas de corrupção liderados pelo PMDB nos aproximou da realidade de muitos trabalhadores. Somos os principais porta-vozes da crítica à farra de isenções fiscais a empresários, à complacência dos últimos governos estaduais com a sonegação de impostos, ao endividamento do estado a juros extorsivos, aos subsídios sem transparências para empresas de transporte público e aos gastos extravagantes e superfaturados para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

117. Todo esse avanço na construção do PSOL/RJ só foi possível porque coletivamente se conseguiu superar o período em que a corrente MTL esteve à frente da direção estadual,

com o apoio da Unidade Socialista. Existia mesmo um fosso que separava a militância de base e a direção partidária. Enquanto a base do partido e suas principais expressões públicas defendiam em suas práticas um PSOL democrático e combativo, antenado com a luta dos trabalhadores, movimentos sociais, juventude, negras e negros e LGBTs, o partido era instrumentalizado para alcançar objetivos de uma fração, mesmo que para isso sua democracia interna tivesse que ser constantemente aviltada.

118. Filiações em massa e sem critério programático foram comuns nas gestões MTL/US. Inflavam artificialmente o partido de filiados, como em Seropédica e Araruama, para vencer de forma fraudulenta disputas congressuais e assim se manter o MTL como força política majoritária. Por vezes, filiaram-se ao PSOL figuras sem qualquer histórico de esquerda, ou mesmo com origem em agremiações de direita, que se aproximavam da legenda estritamente por interesses eleitoreiros. Em algumas cidades do interior fluminense e Grande Rio, chegamos ao ponto de sermos representados por candidatos sem qualquer afinidade ideológica. Superar esta página de turbulência e atropelos à democracia interna não foi um detalhe para a nossa construção.

119. Nessa toada, fatalmente deixaríamos de ser um pólo de organização de militantes interessados em renovada cultura política, não dominados por ranço burocrático e stalinista de uma tradição autoritária de esquerda e livres de práticas patrimonialistas e fisiológicas tão hegemônicas na política brasileira. Corríamos o risco de sofrer a qualquer hora trauma irremediável, como ocorrido no mandato da ex-deputada Janira Rocha, que mesmo se colocando em defesa dos interesses dos trabalhadores, se perdeu em velhas formas de fazer política. Se seguissemos nessa trilha, poderíamos colocar a perder todo o acúmulo de uma base aguerrida e vacinada contra os descaminhos do PT, de juventude vibrante e radical em seu compromisso com as causas do povo, de mulheres e LGBTs na luta contra o patriarcalismo e o capital, de parlamentares exemplares na defesa dos direitos dos oprimidos e explorados. Não foi detalhe para o PSOL do Rio de Janeiro, e até mesmo para o PSOL como um todo, ter virado essa página turbulenta.

120. Passada essa fase nebulosa, abriu-se para o partido novos horizontes. Um exemplo é a criação do PSOL Carioca, antes assimilado pela instância estadual, que se converteu em algo central no balanço do renovado ciclo que se descortinou. O PSOL Carioca, assim como o PSOL Niterói, serve de modelo para outros diretórios municipais, com sua organização em setoriais e muitos núcleos de base, em diversas regiões da cidade, incluindo periferias. A criação do Internúcleos e o investimento em cursos de formação política são igualmente exemplos de iniciativa emblemática. O PSOL estadual pode avançar mais na construção de espaços democráticos e no fortalecimento do partido no interior e Grande Rio.

121. Um sintoma do que se tem a progredir é o PSOL/RJ não convocar plenária estadual de mobilização dos filiados para uma campanha ou ato frente a toda crise que abateu o Rio de Janeiro. É insuficiente apenas a atuação dos parlamentares, sendo decisivo fazer do partido uma força dinâmica no estado, com militantes educados para o debate e a disputa políticas. Teria sido muito pertinente a convocação de plenárias de mobilização da militância, com participação de diretórios municipais e em diálogo com os movimentos sociais; espaços que colocassem parlamentares e dirigentes do PSOL ombro a ombro com a base do partido.

122. A fragilidade do PSOL em diversos municípios do Grande Rio e interior precisa ser enfrentada. A cidade do Rio e outras nas quais tenhamos um trabalho mais consolidado podem figurar como prioridades, sem problema, mas prioridade também é ampliar a intervenção do partido em todo o estado. Salvo exceções, o interior costuma ser uma trincheira da direita e do conservadorismo. Nosso desejo por mudanças estruturais e profundas no país passa necessariamente pelo enraizamento em todo o território e pela disputa de corações e mentes no interior e periferias. Em se tratando de bairros de periferia, favelas e cidades com baixa *renda per capita*, o que está em jogo é a essência do socialismo, isto é, não haverá emancipação sem consciência e engajamento das classes que vivem do trabalho.

123. Outro ponto que há de se cuidar é reverter uma certa cultura de autonomia dos mandatos perante o partido – um vício de origem de uma frente de organizações de esquerda fundada sob a liderança de parlamentares que romperam/foram expulsos do PT, em um momento de derrota e descenso da esquerda. Felizmente, não temos no Rio de Janeiro um quadro de sistemática e acintosa violação do programa e dos princípios do PSOL por parte dos mandatários. Os problemas que ocorreram até hoje foram isolados, sendo resolvidos ou contornados, às vezes espontaneamente ou sem uma interferência formal do partido. Contudo, inegável é a pressão nas Câmaras e Assembleias legislativas da lógica institucional burguesa também sobre os socialistas. Daí ser imprescindível o controle coletivo dos mandatos.

124. Para isso é imperioso um PSOL estadual com instâncias que funcionem, do núcleo de base ao diretório. No caso do Diretório Estadual, não tem havido regularidade na realização das reuniões. Precisamos de um partido de massas, democrático e dirigente, com capacidade de se posicionar diante dos principais acontecimentos, em condições de acompanhar e orientar seus parlamentares em temas mais sensíveis ou polêmicos. Até porque não são todas as questões que encontram respostas óbvias, especialmente à quente, no turbilhão da luta política, em meio a manobras e cinismos dos adversários.

125. Um partido organizado e forte depende de uma estrutura mínima de funcionários, tendo em vista as tarefas jurídicas, burocráticas, de comunicação interna e externa, de administração da sede e das finanças, de organização de eventos e reuniões etc. Para um partido com a quantidade de filiados e mandatos parlamentares que hoje tem o PSOL/RJ, não se justifica um corpo de funcionários e estrutura tão frágeis. Devemos sim nos preparar para as eleições, porém sem comprometer o funcionamento regular do Diretório estadual. Com o tamanho que temos no estado do Rio de Janeiro, não é razoável que o partido permaneça sem condições adequadas para fazer trabalho de base, organizar a luta e acompanhar os mandatos parlamentares. Nossa prioridade é a transformação radical da sociedade e para isso é indispensável um PSOL organizado. Nossos mandatos já se

dedicam a apoiar as lutas e movimentos sociais, mas devem se responsabilizar mais pela construção partidária.

126. **Propostas para o PSOL RJ:** a) Regularidade trimestral nas reuniões Diretório Estadual; b) Planejamento do PSOL/RJ considerando as macrorregiões para definir prioridades, tais como diretórios a serem criados, estímulo à criação de núcleos e sedes, comunicação própria, política de autofinanciamento etc; c) A Executiva e o Diretório estaduais deverão convidar e viabilizar sempre que possível, especialmente quando a pauta suscite uma abordagem ampla do estado ou mais diretamente do interior e/ou do Grande Rio, representantes de Diretórios Municipais, para além daqueles que eventualmente sejam membros da instância; d) Organizar plenárias de mobilização para campanhas e lutas concretas que se coloquem com centralidade na conjuntura; e) A Executiva Estadual deverá estabelecer uma rotina de acompanhamento de reuniões da Liderança do PSOL na Alerj; f) Realizar campanha para cotização dos filiados do PSOL por meio dos núcleos de base; g) No mínimo 20% do Orçamento do PSOL/RJ deverá ser destinado para demandas do interior e municípios do Grande Rio, excetuando a capital; h) Apoio ao setoriais do partido que se organizem em nível estadual; i) Regulamentação do processo de filiação ao partido, fazendo com que ele se inicie nos Diretórios Municipais e Comissões Provisórias, dando publicidade para todos os filiados, com direito à ampla defesa do postulante em caso de pedido de impugnação.

Assinaturas

Angra dos Reis
Ademilson C. Da Ressurreição -
Núcleo de Mov. Sociais
Azer Azevedo Filho - Executiva
Municipal
Calebe Pedro de Oliveira - Movimento
Estudantil

Bom Jardim
Diego Chermaut
Thalita Chermaut

Cabo Frio
Juan Gomes Bastos

Cachoeira De Macacu
Gesse Silva
Ronaldo Cordeiro de Souza

Duque de Caxias
Bruno Ribeiro Araujo

Itaboraí
Adriana Batista Pedra
Alceli Guimaraes da Silva
Alexandre De Souza Oliveira
Aloiso Fernandes De Souza
Ana Lucia Galvao Da Silva Martins
Anderson Callagario Salgado
Antonio Marcos Batista

Celso Robert Moura
Cesar Marcos Alexandre Pedra
Cosme Machado Nunes
Dalva Bastos
Eliane Damasceno Dos Santos
Elizeu Ramos Galvao
Fabiano Batista Moura
Flavia Batista Moura
Hermes Ribeiro Viana
Ivanilde Calegario
Jerri Valadão Do Amaral
Jessica Silva Amaral
José Silva
Kelvin Da Costa Batista
Luana De Souza Provenzano
Maria Ana Galvão Da Silva E Silva
Maria Conceição Isidoro
Marli Ferreira Da Costa
Marlon Braga De Souza
Marta Galvao Da Silva
Mauricio Soares De Souza
Natasha Bastyo Da Silva
Nélio Valadão Do Amaral
Nilton Ferreira Do Amaral
Nolimar Valadão Do Amaral Fabroni
Norma Do Amaral Souza
Nourival Ferreira Do Amaral Neto
Pablo Allan Batista Moura
Patricia De Araujo Jose

Paulo Afonso Maciel Coelho
Paulo Vinicius Teixeira Gusmao
Rogerio Conceicao Sodre
Rosangela Wigand Bezerra
Sabrina Laura Soares Batista
Sidinea Da Conceicao Augusta Da Silva
Sirlei Vitorino
Taise De Jesus Souza
William Vitorino Da Silva

Maricá
Beatrice Miller
Eduardo Tavares Martins da Fonseca e
Silva
Hamilton de Almeida Miranda
Luiz Fernando Graça Melo
Marcos Roberto Santos Costa
Rebeca Azevedo Machado Pinto
Victor Freitas

Natividade
Pedro Henrique Caetano Figueira
Roberto da Silva Lanes Filho

Niterói
Alessandra Abramo
Alyne Susana de Oliveira
Amanda Mendes Fraga
Andre Borba
Andre Luiz
Andrew Costa
Anna Beatriz
Benny Briolly

Bianca Cunha
Brenda Alves Guimarães
Bruno Araujo
Carlos Artur
Carlos Bittencourt
Claudio Junior
Daniel Almendra
Daniel Nunes
Danilo George
Denise Brown
Edson Santos
Elen Del Giudice
Ernane Vianna
Felipe Bilanger
Felipe Freitas
Flávia Mattos
Flavio Serafini
Francine Santos
Francisco Rebel
Gabriel Velasco
Gabriel Vellasco de Mattos
Genilce Ferreira Lotfi
Giovanni Acetti
Girlene dos Santos Neri Campelo
Helô Carvalho
Hevander Barbosa Monteiro
Isabella Oliveira - Estudante
Jacqueline Nicole Negrete Blass
Jefte Pinheiro Jr.
Jerônimo Pereira Vilela
Joaquim Pery
Josiane Nazaré Peçanha de Souza
Josiane Peçanha
Licia Malavota

Lidia Mayer
Liziane Magalhães da Silva
Luana Mayer
Lucas Legey
Lucia Fajardo Lopes
Ludmilla Paiva
Luiza Gomes
Marcelo Ramos
Maria José de Mello
Maria Rachel Jasmim
Matheus Godoy
Matheus Ramalho
Matheus Rocha
Matheus Rodrigues
Mayra Santos Martins
Michael Loureiro Pontes
Natália Magalhães
Newton Valente Filho
Pamela Silva
Paula Mairan
Paula Simões
Pedro Berger
Pedro Mansur
Pedro Matsumoto
Rafael Carvalho
Rafael Duarte
Renan Ferreira
Robson Wellington
Rodrigo Alcântara
Rodrigo Teixeira
Ronaldo Albuquerque
Samantha Su
Taiguara Souza
Taliria Petrone

Thiago Melo
Thiago Ururay
Victor Stuart
Vinicius Codeço
Yeza Faial

Nova Friburgo
Anderson Ramos Taborda
Edil Nunes de Barros
Gilson Pereira
Kevin dos Santos Campos
Klaus Graban
Rodrigo da Silva Inácio
Viviane Heringer

Paraty
Donana
Fernando Coelho
Leonardo Xavier
Rio de Janeiro
Alexandre Telles
Alexandre Trenepol
Andre Magalhaes Barros
Camila Mantovani - Estudante
Carla Corina Dos Santos Moraes
Carolina Setúbal Ferreira
Cláudia Jurema Macedo
Elidio Alexandre Marques
Haulyson Alves Da Silva
Francisco de Assis Linhares da Silva
Gregor Salles
Gustavo Bueno
Henrique Fernandes Alvarez Vilas
Porto

Iani Panait - Estudante
Julio Holanda - Biólogo
Manuela Green - Núcleo Santa Tereza
Nathan Paes - Estudante
Marcos Thiago Bezerra Santiago
Mariana De Araujo Castro
Rafael Ferreira Dos Santos
Silvio Pelegrini Junior
Thiago Penedo Lucas
Victor Oliveira Da Silva
Victor Serebrenick
Paulo Vitor Guedes
Pedro Eduardo Graça Aranha - Setorial
Ecosocialista
Sergio Roberto Monteiro Alves -
Núcleo Grande Méier
Vinicius Ferreira Dos Santos
Viviane Da Silva Fonseca
Vinicius Tardite - Núcleo de
Resistência Ecosocialista de Vargens,
Recreio e Barra
Vittorio Lo Bianco

São Gonçalo
Adriano Pereira Duarte
Albaniza Batista Da Silva
Alexandre Monte Mendonca
Almir Pereira Dos Santos
Altamir José Da Silva
Amarildo Jesus De Abreu
Ana Maria Da Silva Azeredo
Anderson Luis Faria Rodrigues
Antonia Patricia Da Silva Lima
Antonio Caetano De Lima

Antonio Felipe Melo
Antonio Neri Da Silva
Bruno José - Professor
Carlos Augusto Dos Santos
Dennys Andre Da Silva Gomes
Diogo De Figueiredo Guimaraes
Eliane De Souza Brasil E Brasil
Elisangela Oliveira Da Cruz
Elmo Da Conceicao Florindo
Everson Rodrigues Da Silva
Fabricio Martins Ferreira
Fagner De Oliveira Gomes
Flavia De Castro Costa
Gleidi Mara Rangel Da Silva Da Costa
Goncalo Bertin
Guilherme Nascimento Da Cunha
Gustavo Lima Alves
Henrique Ferreira Pereira
Hugo Cunha Da Silva
Ilma Maria Correa Mendonca
Ismael Da Conceicao Pinto De Oliveira
Ivonete Da Cunha
Jefferson Silva Trindade
Joene Do Carmo Calheiros
José Roberto Da Silva
Juliana Dos Santos Muros
Kleiton Ricardo De Jesus
Laya Ribeiro Magalhaes
Lays Martins Da Silva
Leandro Batista Da Silva
Leandro Candido
Leonardo Moura Goncalves
Leonardo Vianna Falco
Luciana Santos Da Silva

Jorge Santana - Professor
Luciano Barbosa
Marco Antonio Bernardo
Marco Aurelio De Oliveira Garcia
Marcos Hermenegildo
Marcos Vinicius Costa Vilas Boas
Maria De Fatima De Oliveira Gomes
Maria De Fatima Siqueira Martins Da Silva
Maria De Fatima Siqueira Martins Da Silva
Maria Jose Da Silva Jesus
Marilene Martins De Oliveira
Mauricio Carlos Da Silva
Michele Da Silva Souza
Natalino De Souza Alves
Orlanda Bernardes De Oliveira
Oscar Antonio Da Silva
Policarpo Da Silva Azeredo
Rafael Cunha Da Silva
Rikson Junior Mendes Da Silva
Reynaldo
Roberto Rodrigues Pestana
Robson Cunha Da Silva
Rodrigo Da Silva Machado
Rolenberg Bernardes De Oliveira

Rosemberg Dos Santos Peres
Silvio Jose De Souza
Thiago Correa Mendonca De Castro
Thiago Correa Mendonca De Castro
Tonulu Da Silva
Vanderli Siqueira Martins
Washington Conceicao Da Silva

São João de Meriti
Adrielle Moreira Costa
Alana Moreira Costa Do Nascimento
Amanda Moreira Costa
Andreza Moreira Costa Euzebio
Fernando Jose Do Nascimento
Francisco Coelho Pereira
Jurandy Carlos Da Costa
Laelsom Enrique Euzebio
Luiz Alberto Faustino Da Silva
Luiz Felipe Faustino Da Silva
Luiz Gustavo Germano Da Silva
Maria Da Penha Henrique Euzebio
Marilia Moreira
Roberto Andre Sales Da Silva
Samuel De Amorim Ribeiro
Thiago Leandro Silva